

10

O MUSEU INDUSTRIAL E COMERCIAL DO PORTO (1883–1899)

Carlos Loureiro

ABSTRACT

The Industrial and Mercantile Museum of Porto has, despite its short existence, become a reference in the landscape of Portuguese museology of the 19th century as, with its homologous in Lisbon, it was the sole Portuguese Industrial Museum. Moreover, it was not only noteworthy

for its pedagogical character, support it offered to national industry and trade, display of objects in exhibitions but also for its openness to society in general, thus contributing to the social, cultural and economical dynamics of the city of Porto.

1. INTRODUÇÃO ^[1]

[1] Este texto apresenta algumas conclusões do trabalho realizado no âmbito da cadeira de “Introdução à Museologia”, do Curso de Pós-Graduação em Museologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, leccionada pela Prof. Doutora Alice Semedo. Para a realização deste trabalho contámos com o apoio da Dra. Patrícia Costa, responsável pelo Museu Parada Leitão do ISEP, a quem deixamos o nosso agradecimento.

Criado por Decreto-lei em 24 de Dezembro de 1883, o Museu Industrial e Comercial do Porto não foi um evento isolado e extemporâneo no Portugal do século XIX. Pelo contrário, insere-se numa conjuntura europeia e nacional materializada numa série de medidas tomadas pelo governo português em relação ao ensino industrial e comercial que será analisado ao longo deste estudo.

A importância deste Museu para o ensino industrial e comercial, a sua relevância para o desenvolvimento da indústria e do comércio, as singularidades que estiveram na base da sua fundação e o seu impacto na sociedade nacional e portuense, aliado à facilidade de acesso à documentação levaram ao desenvolvimento deste trabalho de investigação.

O período histórico em estudo irá situar-se essencialmente na segunda metade do século XIX, fase em que esteve em laboração, reportando-se em alguns casos a todo este século por razões de contexto e precedentes históricos fundamentais para o entendimento do processo de formatura da instituição. Numa primeira abordagem será realizada uma breve análise ao contexto museológico do século XIX tendo em conta o espaço físico europeu e local.

Seguidamente serão referenciados os antecedentes do Museu Industrial e Comercial do Porto, em particular a constituição do Conservatório de Artes e Ofícios até à formação do Museu Tecnológico, sem esquecer as exposições agrícolas e industriais que se realizaram um pouco por toda a cidade do Porto.

Por fim, o estudo irá incidir sobre o Museu Industrial e Comercial do Porto, nas suas questões mais essenciais — fundação, objectivos, função e extinção do mesmo.

2. A MUSEOLOGIA E O SÉCULO XIX

O século XIX assistiu ao desenvolvimento e à difusão das políticas do liberalismo e ao avivar dos sentimentos nacionalistas. Pode-se mesmo afirmar que, *durante a primeira metade do século XIX, estabeleceu-se entre liberalismo e nacionalismo uma conexão tão íntima* [Bonifácio, 1998: 30], que iriam acabar por ter uma profunda influência na Europa alterando a sua forma de ver o mundo e a sociedade ao qual os museus não ficaram imunes.

Assiste-se uma emergência da vida urbana, um novo conceito de tempo e espaço e uma cultura burguesa que procura situar-se neste novo universo temporal, político, social e económico.

Constata-se na Europa deste século a repetição *da febre artística da renascença, o artista é um dos personagens dominantes* [Magalhães, 1885: 1], apreciado pelas elites culturais endinheiradas que permitem o desenvolvimento do seu trabalho com garantias de serem agraciados social e monetariamente.

Surgem novos instrumentos de divulgação e desenvolvimento cultural, industrial e agrícola: universidades, bibliotecas, teatro e imprensa. É na emergência destes novos ideais relacionados com a ordem, o progresso e a experiência que vão surgir por toda a Europa os primeiros museus modernos de Arte, História, Etnografia e Ciência com o objectivo de satisfazer os ideais políticos da altura, a maioria ligados a universidades ou a outras associações de natureza científica [Viana, 1970: 12–13]. Estes novos ideais estão relacionados com a nova noção de tempo e espaço, associados aos processos de industrialização e urbanização.

Entre o final do século XVIII e início do século XIX, reflectindo uma nova forma de pensar, o museu passa a agregar novas actividades que evoluem

do simples coleccionismo às práticas de conservação, registo e classificação dos objectos [Filho, 2005: 2].

Em 1845, o Parlamento inglês obriga todos os concelhos ou cidades com mais de 10.000 habitantes a possuírem museus de arte e de ciência com a finalidade de instruírem e divertirem os cidadãos. Posteriormente, também na Inglaterra, Thomas Greenwood, definiu os principais objectivos do museu, devendo este proporcionar ao visitante *vulgar* distração *racional* e ao mesmo tempo ser uma instituição educativa acessível aos cidadãos de todas as classes sociais. A terminar, afirmou que o museu deve promover a educação do maior número de pessoas e permitir estudos especializados àqueles que tiverem capacidade e vontade para o fazer [Viana, 1970: 13].

Eileen Hooper-Greenhill, no ensaio “The Museum in the Disciplinary Society” argumenta que a Revolução Francesa criou as condições para o aparecimento de uma nova verdade e uma nova racionalidade que por seu lado gerou uma nova funcionalidade para uma nova instituição: o museu público. Este teve que lidar com duas realidades distintas: a de se destinar às elites apreciadoras da arte e de ser ao mesmo tempo um instrumento de democratização da educação. Para além disso, os museus surgem como divulgadores de uma nova forma de ver o mundo, de ordenação do mesmo e do nosso lugar nesse mesmo mundo. Passam a estar localizados normalmente no centro das cidades onde assumiam a personificação material e simbólica de um novo poder de mostrar e expressar [Bennett, 1995: 87].

Neste século o carácter educativo do museu começa a ser reconhecido e valorizado, havendo igualmente a preocupação de permitir o acesso ao maior número de pessoas. Há como que uma conciliação entre o museu como uma instituição educativa e o museu de propensão comercial e industrial, através da promoção e venda dos produtos expostos aliado à componente lúdica.

Estas transformações culturais, sociais e políticas na Europa vão ter repercussões em Portugal e no Porto ao nível económico, social, político e cultural^[2]. Estas convulsões, aliadas ao tradicional culto das regalias e liberdades cívicas que o

[2] Nos finais do século XVIII e início do século XIX a Europa e o continente americano atravessavam grandes transformações que se reflectiram na independência das primeiras nações americanas, no despoletar de novos ideais e de revoluções que transformaram para sempre a Humanidade: Revolução Francesa e Revolução Americana que acabariam por precipitar outras revoluções noutros países europeus e americanos.

Em Portugal a Revolução Liberal dá-se em 1820 com o Porto a assumir um papel de destaque, mas anteriormente o país já tinha sido invadido por três vezes pelas tropas napoleónicas.

Porto desfrutava e ao contacto com outros povos da Europa mais desenvolvida, predispunham os burgueses a aceitaram facilmente as novas doutrinas políticas e culturais [Viana, 1970: 17].

A recuperação demográfica e o dinamismo económico que as indústrias portuenses evidenciaram após a instabilidade político-financeira, vão transformar o Porto numa cidade de cariz necessariamente industrial e comercial levando à sua expansão urbana, a uma nova noção de tempo e espaço e a alterações nos hábitos diários da classe burguesa.

A par destas transformações económicas e sociais dá-se a reforma do ensino por Passos Manuel com a criação do Liceu Nacional, da Academia Portuense de Belas Artes, a Escola Médico-Cirúrgica, a Academia Politécnica e o Conservatório de Artes e Ofícios. Na segunda metade do século XIX surgem os estabelecimentos de ensino industrial.

Simultaneamente, surgem na cidade do Porto, outras instituições de carácter cultural como a Real Biblioteca Pública do Porto e o Museu Portuense em 1833 ou o Museu Allen em 1838.

É pois uma cidade em metamorfose, influenciada pelo poder da sua indústria e do seu comércio, pelo poder central e pelas novas correntes culturais que na Europa se iam propagando.

3. ANTECEDENTES DO MUSEU INDUSTRIAL E COMERCIAL DO PORTO

AS EXPOSIÇÕES AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS DO SÉCULO XIX NA CIDADE DO PORTO

As primeiras exposições industriais realizadas em Portugal no século XIX ocorreram em Lisboa nos anos de 1838, 1844 e 1849. Na segunda metade do século XIX, a criação de um ministério destinado exclusivamente aos trabalhos públicos, ao comércio e à indústria, confere um novo impulso nestas áreas da administração central.

No Porto, o primeiro reflexo deste novo impulso agrícola e industrial ocorre a 12 de Julho de 1857 com a inauguração da sua primeira exposição agrícola organizada pela Sociedade Agrícola do Porto. O objectivo era incentivar os agricultores à produção e às novas tecnologias [Viana, 1970: 70].

A exposição, realizada no campo Torre da Marca sob grande atenção da imprensa, prolongou-se por três dias. A colocação e a disposição dos pavilhões e dos objectos foi muito aplaudida [*O Periódico dos Pobres*, 13 Julho 1857: 4], quer pela imprensa local, quer pelos cerca de 10.000 visitantes, ultrapassando todas as expectativas [*O Comércio do Porto*, 15 Julho: 1].

Esta exposição voltou a realizar-se em 1860, contando desta vez com a presença do rei D. Pedro V e dos Infantes D. Luís e D. João [*Idem*, 23 Novembro 1860: 2]. Com uma disposição idêntica à de 1857, foi considerada superior à anterior *não só no arranjo e boa collocação dos objectos, mas pela excelência dos productos expostos* [*Ibidem*].

Em 1861 tem lugar a primeira Exposição Industrial organizada pela Associação Portuense, no Palácio da Bolsa [Viana, 1971: 71]. Semelhante à Exposição Universal de 1851 em Inglaterra, contou com a participação de 650 expositores, alguns deles espanhóis.

As exposições pela cidade iam-se avolumando e diversificando nas mais diversas áreas: pintura, desenho e belas-artes. É nesta conjuntura que um grupo de cidadãos resolveu criar a Sociedade do Palácio Agrícola, Industrial e Comercial com o objectivo de construir um edifício no lugar da Torre da Marca que albergasse todo o tipo de exposições, festas e venda de objectos.

Assim surgiu o Palácio de Cristal que acabou por ser “a cópia possível do edifício construído para *A Feira Industrial de Londres*” (Séren, 2000: 494). A sua inauguração ocorreu em 1865 com a realização da primeira Exposição Internacional da Península Ibérica, contando mais uma vez, com presença real.

A exposição alcançou um grande sucesso ao nível da participação do público e dos expositores^[3]. A partir deste momento o Palácio de Cristal passa a ser o recinto

[3] Nesta exposição participaram 3 139 expositores, sendo 2.366 portugueses, 752 das colónias e 1.073 estrangeiros de várias nacionalidades e de 3 continentes diferentes (Europa, América e Ásia.

privilegiado para todo o tipo de exposições e a cidade do Porto passava a dispor a partir desse momento de um local fixo e projectado para este tipo de eventos.

DO CONSERVATÓRIO DE ARTES E OFÍCIOS AO MUSEU TECNOLÓGICO

A ideia de constituição de um museu industrial no nosso país começou a ser discutida e equacionada por volta dos anos 20 do século XIX^[4]. No entanto, só em 1836 por Decreto-lei de 18 de Novembro é que foi criado o Conservatório de Artes e Ofícios de Lisboa, seguindo-se o Conservatório Portuense de Artes e Ofícios em 9 de Janeiro de 1837. A finalidade principal destes estabelecimentos era, de acordo com os referidos decretos-lei, a *instrução prática em todos os processos industriaes por meio da imitação*.

[4] Os primeiros apelos conhecidos para a constituição de um museu deste tipo surgiram em 1819 e 1822 com ligação a Cândido José Xavier. O primeiro, de 1819, surgiu através de um artigo publicado nos *Annaes da Sciência das Artes e das Lettras*, editado por uma Sociedade de Portugueses residentes em Paris. O artigo intitulado *Do Conservatório das Artes e Offícios de Paris, e da possibilidade de hum Estabelecimento semelhante em Portugal*, afirmava a necessidade de um estabelecimento do mesmo género em Portugal como forma de promover a industria nacional e a possibilidade de emificação de um em Portugal por

A colecção do Conservatório deveria ser formada por máquinas, modelos, utensílios, desenhos, descrições e livros relacionados com as diferentes artes, espalhados pelos vários Estabelecimentos Públicos. Estes objectos deveriam ser devidamente classificados de acordo com a sua natureza e guardados por ordem cronológica, estando previsto a realização, de dois em dois anos, de uma exposição pública nas salas do Conservatório com produtos das indústrias nacionais.

Em 1852, com a nova reforma do ensino industrial, os Conservatórios de Artes e Ofícios são substituídos pelo Instituto Industrial de Lisboa e pela Escola Industrial do Porto com a justificação de que não tinham atingido os objectivos propostos [Decreto-lei de 30 Dezembro 1852, art.º 10.º e 17.º]. Apenas o Instituto Industrial de Lisboa tinha anexado à sua estrutura um Museu Industrial.

Foram necessários apenas doze anos para se assistir a uma nova reforma do ensino industrial. Nesta reforma de 1864 a Escola Industrial do Porto passa Instituto Industrial, passando o país a contar com dois institutos industriais.

Juntamente com estes estabelecimentos de ensino são criados uma série de estabelecimentos auxiliares, entre os quais um museu tecnológico que deveria compreender *modelos, desenhos, instrumentos, diferentes productos e materiaes e todos os objectos proprios para illustrarem o ensino industrial* [Decreto-lei de 20 Dezembro 1864, art.º 41.º].

considerarem não ser muito laborioso a sua execução. Em 1822 a Sociedade Promotora da Industria Nacional, do qual fazia parte Cândido Xavier, determinou a constituição de um estabelecimento que recolhesse todos os planos, desenhos, modelos de instrumentos e máquinas para que estivessem disponíveis ao público para instrução do mesmo.

Sabe-se no entanto, através da correspondência oficial do Instituto Industrial do Porto existente no fundo documental do Museu Parada Leitão, que o Museu Tecnológico do Porto passou por bastantes dificuldades, nomeadamente de ordem financeira e da falta de um espaço condizente com as suas necessidades.

Apenas em Abril de 1873 foi-lhe destinado uma sala *para n'ella se principiar a estabelecer o museu tecnológico* (26 Abril 1873). No entanto face às reduzidas dimensões da sala, fica a ideia de que esta era mais um espaço para depositar os objectos que iam sendo recolhidos.

Não obstante estas contrariedades, o Museu entre 1875 e 1883 registou a aquisição de várias peças e objectos, designadamente ferramentas e máquinas diversas, algumas delas adquiridas em exposições internacionais. Pelo meio, ainda contribuiu para participação portuguesa na Exposição Universal de Paris em 1878. Indiferente a este esforço, o governo considerou que o Museu Tecnológico não atingiu os objectivos propostos. Por este motivo criou, em substituição dos Museus Tecnológicos^[5], os Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto.

[5] Não obstante esta medida, o Museu Tecnológico do Porto continuou a existir na Escola Industrial e Comercial do Porto.

[6] Ao mesmo tempo é criado o Museu Industrial e Comercial de Lisboa com os mesmos objectivos que o seu congénere do Porto.

4. O MUSEU INDUSTRIAL E COMERCIAL DO PORTO

FUNDAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E OBJECTIVOS

A criação dos Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto inserem-se numa política adoptada pelo governo em relação ao ensino industrial e comercial que visava acompanhar e promover o desenvolvimento industrial e comercial naquela época.

Oficialmente, o Museu Industrial e Comercial do Porto surgiu em 24 de Dezembro de 1883 [*Diário do Governo* n.º 297, 31 Dezembro 1883: 3193] por iniciativa de António Augusto Aguiar^[6]. Pretendia-se que estes museus fossem um complemento indispensável às escolas industriais e de desenho industrial, criadas pouco depois em 3 de Janeiro de 1884 [Gomes, 1979: 5].

O museu estava dividido em duas secções: uma industrial e outra comercial, cada uma subdividida em nacional e estrangeira. A zona nacional ainda estava dividida em metrópole e colonial [*Diário do Governo* n.º 103, 7 Maio 1884: 1160].

A sua administração deveria ser composta por três membros: o presidente da Associação Comercial do Porto, um delegado do Instituto Industrial do Porto e uma outra pessoa que *reuna os dotes necessários para o bom desempenho d' estas funções* [Gomes, 1979: 5]. Os objectos estavam organizados de acordo com a sua origem e finalidade, procurando demonstrar os vários estados que o objecto passava desde a matéria-prima original até à última forma adquirida. Ambicionava-se também que o Museu Industrial e Comercial do Porto proporcionasse instrução prática através da exposição dos produtos, prestando ao mesmo tempo um serviço aos produtores e comerciantes através da amostragem de obtenção dos objectos necessários de uma forma vantajosa [*Diário do Governo* n.º 103, 7 Maio 1884: 1159–1160].

O museu, com entrada livre, poderia ser visitado diariamente, devendo exibir exposições de carácter permanente dispondo a maior informação possível junto a cada objecto — preço, fabricante, origem ou qualquer outro esclarecimento que fosse necessário [*Idem*: 1160]. A escolha dos objectos era da responsabilidade da direcção do museu.

Para além das escolas industriais de desenho, já anteriormente referidas, ao Museu estava também anexo uma biblioteca que deveria ter o mesmo horário do Museu, sendo o conservador também bibliotecário [*Ibidem*].

Para garantir o seu funcionamento o Museu previa a inclusão de um conservador, um guarda e dois serventes, podendo ser aumentado sempre que as necessidades o exigissem [*Ibidem*].

Ao conservador cabia a tarefa de organizar as colecções e a biblioteca, formular os catálogos, redigir toda a correspondência do museu e superintender o serviço dos outros funcionários. O guarda estava incumbido de vigiar as salas, prestar indicações ao público em geral e executar qualquer outro pedido do conservador [*Ibidem*].

Em finais de 1888 o governo português sentiu a necessidade de alterar novamente alguns aspectos da organização dos museus industriais e comerciais. A partir desta altura o museu passa a estar dividido em três secções: comercial, industrial e arte industrial, com a correspondente secção nacional e estrangeira, introduzindo-se a expressão de “museu ambulante” [Decreto-lei de 18 Dezembro 1888, art.º 9.º e 22.º]^[7]. Na estrutura directiva, o cargo de director passa a ser remunerado, podendo agora acumular a função de conservador.

[7] Os museus ambulantes tinham como principal objectivo a realização de exposições em outros locais do país.

A partir de 1891 o Museu passa a ter cinco secções gerais em vez das três que tinha até então: às já existentes comercial, industrial e tecnológica juntam-se a arte industrial e a pedagógica [Decreto-lei de 8 Outubro 1891, art.º 75.º]. Criou-se um gabinete de estudo para os visitantes fazerem cópias ou desenhos dos objectos expostos e uma oficina modelo para abastecimento do material das escolas e do Instituto Industrial e Comercial [*Idem*, art.º 75º §1.º].

O Museu fica obrigado a realizar uma exposição com a periodicidade de dois anos que englobasse todos os trabalhos produzidos nas escolas industriais do reino. Para além desta exposição, o Museu do Porto tinha que realizar uma exposição anual com os trabalhos das escolas industriais da sua circunscrição [*Idem*, art.º 68.º]^[8].

[8] Da circunscrição do Museu Industrial e Comercial do Porto faziam parte os distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Viseu e Vila Real.

INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MUSEU

A organização e instalação do Museu Industrial e Comercial do Porto deve-se ter iniciado pouco depois da nomeação de Joaquim de Vasconcelos para o cargo de conservador do museu.

A inauguração do Museu, que contou com a presença do ministro António Augusto de Aguiar, sucedeu-se a 21 de Março de 1886 no Antigo Circo Olympico do Palácio de Cristal [*A Actualidade*, 19 Março 1886: 2] acolhendo na sua inauguração cerca de 3.000 visitantes [*Idem*, 23 Março 1886: 2] e merecendo grande destaque da imprensa portuense^[9].

[9] Em alguns periódicos, como *A Actualidade*, foi mesmo notícia de primeira página.

A área do Museu tinha a forma de um polígono de doze faces com uma área total de 1.250 metros quadrados e mais de 40 vitrinas numa “disposição semelhante

á que em muito maior escala foi adoptada para o palácio da exposição universal de Paris em 1867” [A *Actualidade*, 19 Março 1886: 1].

Ao Museu estava anexada a escola de desenho, a secretaria e a biblioteca. Esta última continha por esta altura entre 400 a 500 obras afectas ao ensino industrial e comercial, não possuindo ainda, tal como a secretaria, do mobiliário completo. Por seu lado, a escola de desenho estava já completa, funcionando já “há mezes” [*Idem*, 19 Março 1886: 2].

De acordo com a legislação em vigor na altura, as colecções distribuíam-se em duas grandes secções: a nacional e a estrangeira, subdividindo-se a nacional em metropolitana e colonial.

A secção nacional era a que mais produtos expunha, tanto em quantidade como em qualidade, a exposição das colónias ocupava pouco mais do que uma vitrina e a secção das indústrias estrangeiras era composta por produtos provenientes de países como a Inglaterra, Bélgica, Áustria, Hungria e Estados Unidos da América.

Imediatamente após o fim de semana da inauguração, a direcção do Museu, através do seu conservador Joaquim de Vasconcelos, publica na imprensa da cidade um anúncio informando a abertura diária do Museu entre as 10 e as 16 horas, com excepção da segunda-feira^[10] [*O Primeiro de Janeiro*, 23 Março 1886: 3]^[11].

[10] Este dia passava a estar reservado a acções de limpeza do Museu.

Enquanto Joaquim de Vasconcelos ia trabalhando por esta altura na catalogação das peças, uma crescente afluência de novos produtos obrigou o museu a encerrar provisoriamente em meados de 1886 para que se procedesse a uma reformulação^[12] [*A Actualidade*, 27 Julho 1886: 2].

[11] O anúncio publicado neste dia volta a ser publicado entre 25 de Março e 8 de Abril do mesmo ano no referido periódico.

A 1 de Outubro de 1886, em reunião de direcção, foi comunicado o aumento do espólio do museu, salientando-se o interesse do público e a satisfação de alguns sectores da indústria nacional que diziam sentir efeitos positivos nas encomendas do produtos expostos no Museu [*A Actualidade*, 1 de Outubro 1886: 2].

[12] Esta situação já tinha ocorrido em situações subsequentes.

O conforto dos visitantes também não foi esquecido, e em Janeiro de 1888 são colocadas cadeiras na galeria e na sala para o público [*O Primeiro de Janeiro*, 17 de Janeiro 1888: 2], inaugurando-se por esta altura a exposição de *Estylos históricos* nas Artes Industriais. Estas iniciativas, juntamente com a publicação de um novo anúncio na imprensa portuense [*O Primeiro de Janeiro*, 10 de Março 1888: 3]^[13] contribuíram decisivamente para uma maior afluência de visitantes ao Museu.

[13] Este anúncio continuou a ser publicado diariamente até ao dia 18 Março 1888 na secção de “Espectáculos”.

Em Setembro deste ano, Joaquim de Vasconcelos é nomeado definitivamente conservador do Museu. Curiosamente, é a partir deste momento que o Museu começa a sofrer sérios contratemplos. A publicação do catálogo e do boletim são suspensos e em 1888 e 1891 o museu sofre alterações de regulamento impostas pelo Direcção Geral do Comércio e da Indústria.

[14] O afastamento de Oliveira Martins acaba por se tornar decisivo pela influência do mesmo junto do poder central.

Em Janeiro de 1889 Joaquim de Vasconcelos acumula ao cargo de conservador o de director do Museu [*Diário do Governo*, 18 Janeiro 1899: 168], ficando no entanto sem o apoio de Oliveira Martins^[14].

[15] Em 1896 o Museu regista 10.999 visitantes, em 1897 10.950 e em 1898 baixou pela primeira vez a barreira dos dez mil situando-se em 9.681 visitantes.

As verbas despendidas para o Museu iam progressivamente diminuindo e as propostas feitas de acordo com a legislação em vigor para melhorar, expandir e tornar o Museu mais útil foram todas recusadas [Monteiro, 1953: 326].

Para superiormente perceber o decréscimo de público, a média de visitantes entre 1886 e 1895 tinha sido mais de 16.909 visitantes [Monteiro, 1953: 357].

As exposições não deixaram porventura de se realizar. Em 1889 o museu contribui para a representação portuguesa na Exposição Universal de Paris e em 1890 organiza a Exposição Pedagógica no Palácio de Cristal.

A última exposição escolar esteve patente entre Novembro de 1891 e Fevereiro de 1892 [*Idem*: 356]. As entidades oficiais demonstravam cada vez mais desinteresse pelos museus industriais e comerciais e a frequência do Museu nos últimos anos decaiu significativamente^[15].

O SEU EPÍLOGO

Tendo em conta os últimos factos relatados, não foi surpresa a decisão de Etelvino Brito^[16] em extinguir os museus industriais e comerciais de Lisboa e do Porto por decreto-lei de 23 de Dezembro de 1899.

[16] Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria em 23 de Dezembro de 1899.

O preâmbulo deste documento afirma que os museus industriais estiveram longe de satisfazer os fins com que foram criados, tanto ao nível das exposições permanentes, como na sua vertente de estabelecimentos auxiliares dos Institutos e ainda ao nível pedagógico, justificando o insucesso a “condicionamentos do meio”.

Para substituir estes museus, foi criada a Comissão Superior de Exposições, a quem competia organizar alternadamente exposições anuais agrícolas e industriais no Porto e em Lisboa, ou excepcionalmente em qualquer outra parte do país [*Diário do Governo* n.º 294, 28 Dezembro 1899: 3385]^[17].

[17] Estas comissões nunca chegaram a entrar em funções, revelando-se um autêntico fracasso.

Joaquim de Vasconcelos não se conformou com tal decisão. Durante muitos anos conseguiu manter as colecções do extinto museu juntas no mesmo edifício abandonado que serviu de museu na esperança de que este pudesse ser restabelecido [Bastos, 1953: 5]. Chegou a propor que o edifício se mantivesse como depósito de material das exposições, mas o seu pedido não foi atendido.

Com a implantação da República surge uma nova esperança, chegando a escrever ao seu amigo Bernardino Machado, mas a situação não se alterou, apesar do Museu ter servido a nação na Exposição do Rio de Janeiro de 1908 [*Ibidem*].

Em 1927, Joaquim de Vasconcelos ainda era o portador da chave do edifício onde estavam guardados os objectos, encontrando-se o Antigo Circo Olympico em elevado estado de degradação. Os objectos acabaram por ser transferidos para uma das naves laterais do Palácio de Cristal que se encontrava desocupada [Lima, 1949: 219].

Cinco anos depois o espólio do extinto museu estava depositado em péssimas condições no Palacete da Braguinha, em S. Lázaro e no Instituto Comercial, na rua Entreparedes. As peças de cerâmica de maior valor foram integradas no Museu Nacional Soares dos Reis, sucedendo o mesmo com a colecção de “sendas portuguesas em risco de completa inutilização e alguns ferros forjados” [Viana, 1979: 96] em 1940. As restantes peças terão sido entregues à Escola Industrial de Faria Guimarães, à Escola Prática de S. Bento em Santo Tirso e ao Conservatório de Música de Lisboa [*Ibidem*]. Outras partes das colecções

terão ido, de acordo com Alfredo Magalhães para o Museu de Etnografia e História da Junta Distrital do Porto [*Ibidem*].

5. CONCLUSÃO

O Museu Industrial e Comercial do Porto não surgiu de um acto isolado e espontâneo do governo, mas de um processo de criação integrado na conjuntura europeia e nacional da época. Este processo estava ligado ao ensino prático, profissional e artístico, mas encontrava-se similarmente inerente ao fomento económico patente na organização de grandes exposições nacionais e internacionais.

O surgimento do Conservatório de Artes e Ofícios — o primeiro passo do processo legislativo que levou à criação deste museu — surge precisamente após apelos vindos de portugueses radicados em Paris, sendo a sua organização em tudo idêntica ao Conservatório parisiense fundado quatro décadas antes. Por outro lado, as exposições que eram moda na Europa e que começavam a realizar-se por cá, apontavam para necessidade de um instituição que organizasse com maior regularidade eventos desse tipo e possibilitasse a existência de um local com colecções expostas permanentemente.

Os principais objectivos do Museu Industrial e Comercial, de acordo com os vários decretos publicados, era proporcionar instrução prática através de exposições permanentes, informar o produtor e o consumidor acerca dos produtos e matérias-primas, reflectindo ao mesmo tempo o estado da indústria nacional. Desta forma podia também servir de incentivo e promoção ao sector industrial e comercial do país, já que os agentes do processo produtivo e comercial tinham acesso permanente a locais para a exposição, venda e compra de produtos.

Mas os seus fins não se restringiam apenas a estes factos. A influência de Joaquim de Vasconcelos estava bem patente na filosofia do Museu através da sua ideia do gosto pela educação e o aumento do conhecimento pela população em geral e do artista em particular.

Por último, o Museu servia também de apoio ao Instituto Industrial e Comercial do Porto através das exposições, da Biblioteca, do Gabinete de Estudos e da Escola de Desenho. Pode-se asseverar que em grande parte, os seus objectivos foram cumpridos, apesar da opinião contrária do governo e das limitações financeiras, materiais e políticas com que se deparou durante os seus anos de existência.

Note-se a organização cronológica, geográfica e temática das exposições, tal como a preocupação em disponibilizar a maior informação disponível das peças expostas num claro intuito de facilitar a compreensão do processo produtivo ao visitante e de fazer com que este assimile o maior conhecimento exequível com a sua deslocação ao Museu.

Pode-se afirmar com um elevado grau de certeza, que as exposições industriais foram as primeiras a introduzir um critério de classificação dos objectos, medida que foi seguida pelo Museu Industrial e Comercial do Porto, ao contrário de outros museus da época que acondicionavam as suas colecções num autêntico processo de acumulação.

Pelas razões já apontadas, foi um Museu de referência para a Museologia portuguesa do século XIX, tanto mais que foi o único museu industrial e comercial a par do de Lisboa. A sua importância aumenta ainda mais já que nunca foram reabertos, e apesar dos vários projectos que se seguiram no século XX, passaram-se décadas sem que projectos semelhantes fossem concretizados. Para a cidade do Porto teve um papel fundamental na dinamização social, cultural e económica da cidade, ultrapassando mesmo os seus limites geográficos.

Perante estes dados é difícil compreender a sua extinção, embora não seja de estranhar. Mais do que as razões apontadas pelo decreto-lei de 23 de Dezembro de 1899 que acusava o Museu de estar longe de satisfazer os seus objectivos iniciais, a falta de vontade política parece ser a razão mais aceitável para semelhante decisão, tanto mais que acaba por ser substituído por uma Comissão Superior de Exposições que nunca chegou a entrar em funções.

BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, A. de Magalhães. “Falamos Velhos Manuscritos... No 104.º Aniversário do Nascimento de Joaquim de Vasconcelos”, *O Primeiro de Janeiro* (6 de Fevereiro), 1953.
- BENNETT, Tony. *The Birth of the Museum – history, theory, politics*, London: Routledge, 1995.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima. “Liberalismo e Nacionalismo na primeira metade do séc. XIX”, *História*. Junho (3), 1998. pp. 28–35.
- FILHO, Durval de Lara. “O Museu no século XXI ou o museu do século XXI?”, Fórum Permanente. In http://forumpermanente.incubadora.fapesp.br/portal/.painel/artigos/dlf_museu (23 Outubro 2005).
- GOMES, Joaquim Ferreira. *Dois Museus Industriais e Comerciais Criados no Século XIX*, Coimbra: Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica, 1979.
- LIMA, Augusto César Pires de. “Prestamos Homenagem a Joaquim de Vasconcelos no Primeiro Centenário do seu Nascimento”. In *O Tripeiro*, Fevereiro, 1999. pp. 217–255.
- MAGALHÃES, Luiz de. “A Propósito da Última Exposição da Academia Portuense de Bellas-Artes”, *A Actualidade* (8 Janeiro), 1885. p. 1.
- MONTEIRO, Hernâni. “Joaquim Vasconcelos e o Museu Industrial e Comercial do Porto”. In *O Tripeiro*, Março, 1953. pp. 325–327.
- MONTEIRO, Hernâni. “Joaquim Vasconcelos e o Museu Industrial e Comercial do Porto”. In *O Tripeiro*, Abril, 1953. pp. 356–357.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.). *História do Porto*, Porto: Porto Editora, 2000.
- VIANA, Maria Teresa da Costa Pereira. *Os Museus do Porto no século XIX – subsídios para o estudo da Museologia em Portugal*, Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1970.

FONTES MANUSCRITAS

- SOUSA, Gustavo Adolfo Gonçalves e. *Correspondência Oficial entre o Instituto Industrial do Porto e Direcção Geral da Indústria e Comércio, 1867–1884*.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- A Actualidade*, 1885, 1886, 1887 e 1888
- Diário do Governo*, 1883–1899
- Compilação da Legislação Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1869–1899
- O Comércio do Porto*, 1857 e 1860
- O Periódico dos Pobres no Porto*, 1857
- O Primeiro de Janeiro*, 1886, 1888, 1953

